

EMPODERAMENTO DOS POVOS INDÍGENAS: O MODELO DE GESTÃO DO ESTADO DO ACRE

FRANCISCO RALPH MARTINS DA ROCHA*
SARUG DAGIR RIBEIRO†

Resumo

Este trabalho procura descrever a trajetória da ocupação do estado do Acre, por meio dos ciclos econômicos da borracha, abordando o contexto histórico e as implicações resultantes do embate entre colonizadores e os povos indígenas nativos da região. Procurando demonstrar que, embora esse movimento migratório tenha representado a dizimação de milhares de indígenas, de forma resiliente, eles conseguiram manter viva a sua cultura, a qual somada às iniciativas pioneiras elaboradas pelo Governo do Estado do Acre —, por meio de políticas públicas específicas a esse segmento da sociedade —, bem como as mudanças decorrentes da adoção de novos paradigmas, surgem resultados que permitem considerar novos caminhos para o alcance da soberania alimentar.

Palavras chaves: Acre, Povos indígenas, Políticas públicas, Soberania alimentar.

Abstract

This paper aims to describe the trajectory of Acre occupation, through the economic cycles of the rubber, addressing the historical context and the implications resulting from the clash between colonizers and the native indigenous people of the region. Seeking to demonstrate that, although this migration has represented the decimation of thousands of indigenous, resiliently, they managed to keep their culture alive, which added to the pioneering efforts made by the Government of Acre — through public policies specific to this segment of society — as well as the changes resulting from the adoption of new paradigms emerge results that allow us to consider new ways of achieving food sovereignty.

Key words: Acre, Indigenous peoples, Public policy, Food sovereignty.

Resumen

Este trabajo tiene como objetivo describir la trayectoria de la ocupación de Acre, a través de los ciclos económicos de la goma, abordando el contexto histórico y las implicaciones derivadas del enfrentamiento entre colonizadores y los indígenas nativos de la región. Tratando de demostrar que, a pesar de esta migración ha representado la destrucción de miles de indígenas,

* Servidor público estadual, investido no cargo de gestor de Políticas Públicas, formado em Ciências Sociais, com habilitação em Sociologia, pela Universidade Federal do Acre. Especialista em Gestão de Políticas Públicas com Ênfase em Gênero e Relações Etnorraciais pela Universidade Federal de Ouro Preto.

† Orientadora do TCC que originou esse artigo no Curso de Especialização em Gestão em Políticas Públicas com ênfase em Gênero e Relações Etnorraciais ofertada pela UFOP e UAB. Formada em Psicologia e mestre em Teoria da Literatura pela UFMG.

persistentes, se las arreglaron para mantener viva su cultura, lo que sumado a los esfuerzos pioneros realizados por el Gobierno de Acre — a través de políticas públicas específicos para este segmento de la sociedad —, así como los cambios resultantes de la adopción de nuevos paradigmas surgen resultados que nos permiten considerar nuevas formas de lograr la soberanía alimentaria.

Palabras clave: Acre, Pueblos indígenas, Políticas públicas, Soberanía alimentaria.

I. Extensão indígena: dialética e dialógica

Com população de 776.463 habitantes, o estado do Acre tem uma extensão territorial de 164.123,040 quilômetros quadrados. É o quarto estado com menor densidade demográfica, com apenas 4,47 habitantes por km², enquanto que o Distrito Federal — território com maior densidade — conta com 444,66 habitantes por km², concentrados em uma área que corresponde a 3,5% dos limites territoriais do Acre.

Historicamente, a Amazônia não despertou interesse nas primeiras expedições da Coroa portuguesa, em virtude, principalmente, de não haverem sido encontradas riquezas de interesse da corte.

Com a procura da borracha, em meio à revolução industrial, é que a região passou a ter valor. O primeiro ciclo da borracha (entre 1877 a 1913) é caracterizado pela busca do produto por indústrias e fábricas da América do Norte e da Europa. O látex, matéria-prima da borracha é extraída da árvore chamada seringueira (*Hevea brasiliensis* L.), por meio de um processo manual, de corte do caule, coleta do látex e defumação que irá resultar em gomos de borracha bruta.

Nesse período, foram criadas várias cidades e atraído conglomerados de pessoas em busca do “ouro branco”, como era conhecido o látex. Os lucros oriundos dos seringais¹ transformaram cidades antes isoladas, ou até mesmo inexistentes, em grandes centros urbanos, com uma elite social, cultural e econômica efervescente.

Entretanto, tamanha lucratividade despertou o interesse da comunidade mundial, tendo em vista que a seringueira era exclusiva da região amazônica. Em 1876, o inglês e botânico Sir. Henry Alexander Wickham selecionou cerca de 70.000 mudas enviando-as para plantio na Malásia, África Tropical e Sri Lanka. Essas regiões reuniam as condições propícias para o plantio. Em pouco tempo, mostraram-se mais produtivas do que as nativas da Amazônia e, em menor espaço de tempo, estavam aptas à extração do látex, encerrando, assim, o primeiro ciclo da borracha.

1 Grandes extensões de mata nativa, de onde se extrai o látex e se produz a borracha bruta.

O segundo ciclo da borracha teve início com a Segunda Guerra Mundial, entre 1942-1945. As regiões onde se cultivavam as seringueiras na Malásia foram logo dominadas pelo Japão, o que diminuiu drasticamente a oferta de borracha no mundo. Na época, os norte-americanos já detinham algumas parcerias com o Brasil, o que facilitou um acordo entre os países para que fosse destacada uma quantidade considerável de pessoas para trabalhar na produção da borracha. O objetivo era passar das ora 18.000 toneladas para 45.000 toneladas/ano. O governo brasileiro recrutou cerca de 100.000 homens, na maioria oriundos do Nordeste, que na época enfrentava uma seca sem precedentes. O recrutamento compulsório tornou esses trabalhadores conhecidos como “Soldados da Borracha” e rendia aos cofres do Governo brasileiro cem dólares por cada homem que chegava aos seringais.

Estima-se que boa parte desse contingente tenha morrido, cerca de 30.000, acometidos por doenças tropicais, ataques de animais silvestres, confronto com indígenas e/ou assassinados a mando dos próprios donos dos seringais. A história da colonização do estado do Acre passa pelas mãos e perseverança de nordestinos, que hoje são os patriarcas e matriarcas da maioria das famílias acrianas.

No Acre, antes do contato, existia uma população em torno de 150.000 índios, organizados em cinquenta povos distintos.² As primeiras expedições representaram o início da dizimação de várias culturas indígenas, por meio de perseguições, matanças, expropriação de terras, escravidão e *assujeitamento* de toda ordem. Nesse contexto econômico e político, os povos indígenas que habitavam a região foram vistos, *a priori*, como obstáculo a ser “extinguido” para a expansão dos seringais. Num segundo momento, foram dominados e sua força de trabalho envolvida no mercado da borracha.

A história do Acre também reserva um capítulo importante aos povos indígenas. Mesmo nos períodos mais críticos (final do século XIX e meados do século XX), eles conseguiram formar alianças, recuar e resistir de acordo com as circunstâncias. Com resiliência, foram em busca dos seus direitos. A produção agrícola em Terras Indígenas é um exemplo desse processo de retomada do protagonismo.

2 Atualmente existem 18.240 indígenas, de dezoito povos, localizados em onze dos 22 municípios do estado. Eles estão em 34 Terras Indígenas, distribuídos em 210 aldeias, em uma área de 2,4 milhões de hectares, o que representa 14% da extensão do território do Acre.

A implantação de políticas públicas, que têm como princípio o desenvolvimento sustentável, no caso do estado do Acre tem seu nível de dificuldade majorado, por estar situado na Região Amazônica e buscar trabalhar a relação produtividade e preservação da natureza. As que estão em vigor, voltadas aos povos indígenas, buscam conciliar o conhecimento tradicional com o da sociedade envolvente e, ao mesmo tempo, promovem a valorização cultural — seguimentos que outrora eram considerados antagônicos.

O Acre vem elaborando estratégias e metodologias que permitem a interdisciplinaridade nos diversos setores que têm ações junto aos povos. Em 2001, foi criada na estrutura de governo a Secretaria Especial dos Povos Indígenas (Sepi), cujo titular da pasta foi Francisco Pianko,³ indígena pertencente ao povo Ashaninka do rio Breu. De caráter executivo e de articulação interinstitucional, a Sepi desenvolveu um trabalho pioneiro no estado, delegou competências e fez com que cada setor de governo incorporasse em suas estruturas a questão indígena. A atuação da Sepi representou uma quebra de paradigmas e de preconceitos arraigados na sociedade que refletia no serviço público. Dentre eles, destacamos a ausência da percepção de responsabilidades e a necessária adequabilidade às especificidades de cada povo.

No mesmo sentido, em 2007, foi realizada uma reforma administrativa em âmbito estadual. A Sepi passou ao patamar de Assessoria, tornando-se Assessoria Especial dos Povos Indígena (Aepi), ligada diretamente ao gabinete do governador, mantendo o mesmo titular. Com a alteração, a Assessoria tornou-se órgão articulador, deixando de ser executor. Esse verdadeiro processo educativo — de visibilidade e conscientização — vem sendo bem-sucedido. Em 2011, assumiu a Assessoria, Zezinho Yube, indígena pertencente ao Povo Huni Kui da Terra Indígena Praia do Carapanã, reconduzido ao cargo em 2015.

Atualmente, existem ações que integram os principais setores governamentais com objetivo de atender, dentro de suas respectivas competências e por meio de cooperação, as solicitações mais prementes.

Para que o foco das ações esteja sempre voltado para as demandas identificadas pelos indígenas e para o cuidado em mitigar os impactos na cultura, em agosto de 2012, foi criado o Grupo de Trabalho Indígena, composto pelas instituições que representam os povos indígenas, entidades governamentais (estaduais e federais) e não governamentais. Em 20 de

3 Primeiro indígena do estado do Acre a ocupar cargo público do primeiro escalão.

novembro de 2013, foi assinado termo de cooperação técnica entre o governo do estado e a Funai, que “visa à implantação de ações nas áreas de educação, saúde, meio ambiente, direitos sociais, cultura, fomento ao etnodesenvolvimento, fiscalização e regularização das terras indígenas”, de acordo com os parâmetros constantes no Decreto n.º 7.747, de 5 de junho de 2012, que instituiu a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI).

Não obstante, as ações de produção sustentável em Terras Indígenas vêm percorrendo caminhos inovadores, por meio da retomada das tradições, na medida em que o Governo do estado assume papel secundário em todas as etapas do processo produtivo, o que permite que as comunidades determinem e identifiquem o papel que cada um deve assumir para se chegar aos objetivos por elas identificados e validados.

O deslocamento de “eixo” traz consigo transformações profundas, da epistemologia às interações interculturais. Para tanto, uma série de fatores e atores concorrem para essa mudança conceitual. A adoção dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental Indígena, a atuação dos Agentes Agroflorestais Indígenas e a criação da Assessoria Especial dos Povos Indígenas são “ferramentas” utilizadas para promover o empoderamento.

Atividades anteriores à criação da Extensão Indígena se mostraram inócuas, o que gerou e reproduziram preconceitos e resistências de ambas as partes. Após várias discussões entre gestores públicos e representantes das comunidades indígenas, foi criada, em 2001, a Extensão Indígena — núcleo indigenista encarregado de coordenar as ações produtivas no âmbito estadual. A Extensão Indígena foi incluída estrategicamente na estrutura da então Secretaria de Assistência Técnica e Extensão Agroflorestal (Seater).

A Extensão Indígena iniciou sua atividade pautada pelos princípios da dialógica e dialética, que considera todos os fatores que estão envolvidos na cultura indígena e nos vários significados que representa a produção agrícola na tradição milenar dos povos indígenas.

Cabia à Seater promover cursos de melhorias da produção, treinamentos e capacitações voltadas para organização comunitária e manejo dos recursos naturais. Também eram distribuídos equipamentos agrícolas de pequeno porte.

Para capacitação e sensibilização do corpo técnico, foi realizada oficina de indigenismo, que consistiu em trocas de experiências entre técnicos e indígenas e relatos sobre a produção em Terras Indígenas.

Na produção agrícola, a instrumentalização, orientações técnicas e recuperação de áreas alteradas eram ações indicadas como condição fundamental para que a situação de insegurança alimentar fosse superada. As atividades consistiam em construir casas para armazenar a produção, galinheiros e açudes. No que se refere aos insumos, foram distribuídos equipamentos agrícolas, mudas frutífero-florestais — para implantar e enriquecer sistemas agroflorestais e roçados — além do apoio à criação de galinha caipira, à cadeia produtiva da piscicultura, monitoramento participativo, manejo da fauna, repovoamento de lagos naturais, palestras/oficinas de sensibilização sobre legislação ambiental, proteção e gestão de territórios indígenas.

Nesse contexto, a Extensão Indígena foi o setor da produção pioneiro na busca de atuar de forma a respeitar a cultura, os conhecimentos tradicionais e o modo de produção. Esses princípios são parte integrante dos paradigmas do agroecologia, amplamente utilizada na elaboração da proposta de extensão agroflorestal elaborada pela atual Secretaria de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar (Seaprof), que define produtor familiar como sendo:

Produtores de bens, materiais e imateriais, que mobilizam a família na produção desses bens e na construção da sociedade a partir de seu trabalho. Entendemos que o termo “produtor familiar” é mais abrangente e apropriado do que o de “agricultor familiar”, considerando-se os indígenas, os seringueiros e pescadores artesanais [. . .] (Fernandes, 2008).

A valorização cultural e políticas públicas voltadas, especificamente, para os povos indígenas, permitiram, de um lado, um olhar mais atencioso para os problemas apresentados pelas comunidades e, por outro lado, os indígenas começaram a identificar e procurar os setores governamentais com intuito de ajudá-los. A presença do poder público nas regiões mais remotas do Estado contribuiu para que a demanda pelos serviços de assistência técnica e fomento fosse aumentando significativamente.

Outro motivo que fez com que se buscassem orientações técnicas para o manejo dos recursos naturais foi a demarcação das Terras Indígenas. Anteriormente, comunidades inteiras migravam periodicamente, assim que os recursos naturais se esgotavam. Após a demarcação, essa característica nômade se restringia aos limites dos seus territórios.

Aliado ao crescimento populacional,⁴ vários povos indígenas começaram a correr risco iminente de insegurança alimentar.

Em 2008, a Extensão Indígena elabora seu programa estruturante que define seus principais ramos de atuação, suas estratégias, objetivos e metas. O programa subdivide-se em dois principais eixos: produção sustentável e segurança alimentar em busca de soberania.

As principais estratégias referem-se a potencializar os sistemas agroflorestais,⁵ apoiar e fortalecer a organização comunitária, promover a segurança alimentar, regatar sementes tradicionais, desenvolver atividades de manejo florestal de uso múltiplo e capacitar agentes agroflorestais.

1.1. Planos de gestão territorial e ambiental: projeto de vida

O Plano de Gestão Territorial e Ambiental Indígena (PGTI) é a concretização sistematizada das potencialidades e demandas identificadas em determinada Terra Indígena.

Refere-se, basicamente, a um documento criado a várias mãos, de forma multidisciplinar, intercultural e intersetorial. Nele são descritas as memórias, as riquezas presentes e as dificuldades a serem superadas para a efetiva soberania dos povos indígenas. Chegou a ser considerado pelo Povo Nukê Kui, como um “verdadeiro projeto de vida”.

Para construir o documento, uma equipe composta por representantes de todos os setores de governo — envolvidos direta e indiretamente com a questão indígena — se desloca à Terra Indígena para realizar oficinas participativas. Durante os encontros, os indígenas relatam seus anseios e as potencialidades. O próprio povo delega competências a si e a atores externos, que possam contribuir para superar as fragilidades presentes na Terra Indígena.

Depois de colhidas todas as informações, a equipe retorna a seus setores de origem. A partir de então, são realizadas reuniões intersetoriais onde é elaborado um documento elencando todos os dados colhidos, com informações desde as competências até as metas de curto, médio e longo prazo.

A próxima etapa refere-se à validação do PGTI, que é o retorno da equipe à Terra Indígena e a respectiva apresentação do esboço do documento.

4 Em 2006, o Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) contabilizou 12.720 indígenas. O IBGE, em 2010, contabilizou 17.758 e a publicação *Acre em números*, de 2013, está totalizando 18.240 indígenas no estado do Acre.

5 Sistemas Agroflorestais é o plantio consorciado entre mudas frutíferas e florestais, dispostas de forma organizada com o objetivo de oferecer alimentos durante todo o ano.

Durante as discussões, são realizados os ajustes e as modificações de acordo com o que o povo indígena busca para si, para sua cultura e seu futuro. Com o PGTI validado, ele passa a servir de “mapa” para as ações que serão desenvolvidas para aquele povo.

No PGTI estão descritas as ações que deverão acontecer, separadas por eixos temáticos, tais como: educação, saúde, produção, fiscalização territorial, dentre outros. Também são realizados acordos comunitários, como, por exemplo, evitar caça predatória, reutilizar áreas degradadas, destinação adequada do lixo, etc.

Os Planos de Gestão Territorial e Ambiental Indígena representam a síntese do modo como estado do Acre trata a questão indígena. O respeito, o reconhecimento e a valorização cultural são premissas que amparam quaisquer atividades e atuação dos técnicos junto aos povos indígenas.

1.2. Agentes agroflorestais indígenas: parceiros da sustentabilidade

A adoção de quaisquer meios de produção passa, necessariamente, pela legitimidade do interlocutor. No caso das comunidades, a liderança indígena representa o elo entre a sociedade envolvente e os demais membros de determinado povo. Apesar de os técnicos extensionistas (engenheiros agrônomos, técnicos agrícolas, etc.) serem orientados por profissionais qualificados (antropólogos e indigenistas), o diálogo e a internalização das orientações preconizam um trabalho educativo de caráter dialético, que deve contemplar todas as especificidades da cultura do povo indígena atendido.

Compreendendo que as dificuldades de relacionamento entre extensionistas e indígenas encontram-se na própria dinâmica das comunidades, a partir de 2004, a Extensão Indígena começou a contar com a colaboração dos Agentes Agros florestais Indígenas (AAFI).

Os Agentes surgiram em 1996, quando a organização não governamental Comissão Pró-Índio (CPI)-Acre passou a oferecer treinamento sobre práticas sustentáveis de produção agroflorestais. Os cursos ministrados consistem no manejo natural da fauna silvestre, implantação de sistemas agro florestal, arte e ofício, vigilância e fiscalização das Terras Indígenas. Em 2002, é criada a Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre (AMAIIAC), entidade legalmente constituída que passa, desde então, a representá-los. A AMAIIAC estabeleceu como critério de escolha dos Agentes, os seguintes pré-requisitos:

- a) Residir na aldeia;
- b) Ser escolhido pela comunidade;
- c) Ter bom relacionamento;
- d) Afinidades aos trabalhos de desenvolvimento social e ambiental;
- e) Exercer atividades integradas com os agentes de saúde, professores, lideranças, assim como os demais segmentos dentro da comunidade, em especial as mulheres, crianças e jovens;
- f) Apresentar resultados, tais como, implantação de SAFs (no mínimo 1 hectare), gestão ambiental integrada com a comunidade;
- g) Capacidade de articulação com a comunidade e as instituições governamentais e não governamentais, buscando melhorias para a sua comunidade.

Os AAFIs passam a construir em suas comunidades modelos demonstrativos de produção sustentável, orientando os demais membros de sua aldeia e de aldeias vizinhas, sobre o manejo adequado dos recursos naturais. Eles representam o elo e encurtam os caminhos necessários para que a doação de práticas ambientalmente aconselháveis seja disseminada.

Atualmente, dos 143 AAFIs⁶ existentes, 76 atuam em conjunto com a Extensão Indígena, por meio de uma consultoria que contratou a AMAAIAC para prestar apoio à implantação das ações produtivas.

Em 2013, foi criada comissão para discutir e propor ações que visem à elaboração de instrumentos jurídicos que permitam a contratação definitiva. Essa é uma das principais reivindicações da categoria, que vem sendo considerada imprescindível para a preservação da natureza e para o uso harmonioso dos recursos naturais.

O crescimento populacional, a queda sistemática dos índices de mortalidade infantil e maior acesso às escolas são exemplos de como as políticas públicas concebidas de forma participativa e executadas dentro de uma lógica sistêmica pode contribuir decisivamente para a melhoria do público-alvo.

No que tange à produção sustentável, os índices de aferição necessitam de melhor acuidade dos setores envolvidos. As queimadas, que fazem parte do costume⁷ dos produtores rurais do estado do Acre, vêm apresentando

6 143 AAFIs, de treze povos indígenas, em 28 Terras Indígenas.

7 Tradicionalmente, no período de estiagem amazônica, que vai de maio a outubro, os produtores rurais costumavam queimar grandes extensões de terra para facilitar a limpeza e posterior cultivo dos roçados. Num primeiro momento, as cinzas auxiliam na fertilidade do solo, porém, com dois a três anos de uso, a terra torna-se inapropriada para o plantio, o que leva os produtores a desmatar áreas intocadas, deixando para trás um rastro de devastação.

uma diminuição gradativa. Os índices de desmatamentos vêm caindo a níveis aceitáveis, o que representa um avanço significativo em se tratando de um estado que detém 4% da Amazônia brasileira. Vejamos:

Originalmente, 98,4% do território eram cobertos por florestas amazônicas e, hoje, ainda resta uma cobertura de 87%. Por isso, o Acre é usado mundo afora como caso de sucesso no combate ao desmatamento. Segundo estudo divulgado pelo Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), em 2010, intitulado “Fatos Florestais da Amazônia”, dos nove estados da Amazônia Legal brasileira, o Acre está em segundo lugar no *ranking* de cobertura florestal. Só perde para o Amazonas, que mantém 88,2% (Christiane Kokubo, 2008. Disponível em <<http://www.oeco.org.br/reportagens/27912-acre-e-destaque-na-luta-contr-desmatamento-da-amazonia>>, acesso em 3 de abril de 2014).

A diminuição da dependência de alimentos externos, decorrente do resgate de sementes tradicionais, e pela criação de bancos de sementes itinerantes, contribuem tanto para a potencialização da produção tradicional quanto para a valorização cultural.

O saneamento básico e o destino do lixo, que fazem parte das ações coordenadas, também, pelos AAFIs, vêm refletindo na diminuição dos índices de foco de doenças consideradas de média e alta complexidade.

O incentivo à produção em algumas comunidades vem resultando em um excedente (além do consumido pela comunidade), o que é prontamente adquirido pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), na modalidade doação simultânea, que significa que o Governo compra a produção excedente a um preço justo e faz a doação para a merenda escolar indígena.

Com menos pressão sobre a caça, animais que eram encontrados, após vários dias de caminhada pela floresta, vêm sendo avistados nos arredores das moradias.

Outro fator que concorre para o aumento da população indígena diz respeito aos que se deslocaram de suas aldeias para os centros urbanos em busca de melhores condições de vida. Ao tomarem conhecimento da elevação da qualidade de vida em suas terras de origem, muitos estão fazendo o caminho inverso, retornando às suas Terras Indígenas.

Com um futuro que visa à soberania alimentar, as ações de produção têm a meta de promover a autonomia em bases agroecológicas. Para tanto, os avanços conseguidos nessas duas primeiras décadas de mudanças de concepção e metodologias vêm apresentando resultados promissores, o que corrobora com as políticas públicas em voga.

1.3. Paradigmas para o século XXI

Os desafios que se impõem a um estado que conta com uma riqueza natural incalculável, e ao mesmo tempo é alvo de especulação e interesse de empresas nacionais e internacionais, devem ser encarado como possibilidades de criar novos caminhos que deem conta de promover o desenvolvimento, aliado à preservação da natureza.

Quando o assunto tratado é produção agrícola, no contexto da Amazônia brasileira, aparece, *a priori*, o antagonismo entre produtividade e meio ambiente, notadamente entre os defensores fervorosos de ambos os segmentos. Nesse sentido, a legislação brasileira vem apresentando respostas conciliatórias, que buscam o equilíbrio entre os setores, tendo como objetivo principal o produtor familiar e sua inserção no meio ambiente.

A promoção de assistência técnica, voltada ao homem do campo, aos seus conhecimentos empíricos e sua vocação produtiva vem resultando em significativos avanços, por meio de processos educativos de preservação do meio ambiente.

Os caminhos apontados pelas políticas públicas, em âmbito federal, influenciam os princípios e metodologias de trabalho desenvolvidas pelo estado do Acre. Um dos estados pioneiros na aplicabilidade do conceito de desenvolvimento sustentável, o Acre vem desenvolvendo programas e ações que visam valorizar o produtor familiar, o extrativista, o ribeirinho e os povos indígenas.

A transferência de recursos e o acompanhamento de todo o processo produtivo, que vai desde a elaboração dos PGTIs até a comercialização do excedente da produção, vêm-se tornando um modelo para as demais políticas públicas que visam à inclusão social e o desenvolvimento sustentável.

Atualmente, o estado do Acre figura como estratégico tanto para a preservação do meio ambiente, quanto pelo desenvolvimento, tendo em vista estar situado na tríplice fronteira (Brasil, Peru e Bolívia).

De acordo com Jorge Chediek, coordenador do Pnud no Brasil, o IDH do estado do Acre está acima da média nacional. Vejamos:

“O Brasil melhorou muito nos últimos 20 anos, o IDH melhorou 47%. No Acre, melhorou 61%, ou seja, mais que a média nacional. Ainda tem muito para fazer, mas o progresso e a tendência é muito favorável”, afirmou. (G1, Acre. 2013. Disponível em <<http://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2013/09/acre-apresenta-avanco-de-61-no-idh-aponta-pesquisa.html>>, acesso em 10-4-2014).

A responsabilidade social, cultural e ambiental deverá ser o principal norteador das políticas públicas voltadas para o meio ambiente e os povos da floresta amazônica para o século XIX.

Referências

- ACRE, Governo do Estado. Secretaria de Estado de Planejamento. *Acre em número 2013*. 9.^a ed. Rio Branco, 2014.
- Comissão Estadual de Validação e Acompanhamento (Ceva). Instituto de Mudanças Climáticas. Resolução n.º 001, de 20 de agosto de 2012. *Diário Oficial do Estado*, n.º 10.907, p. 49, de 16 de outubro de 2012. Rio Branco: IMC.
 - Decreto n.º 2.634, de 21 de setembro de 2011. Regulamenta a Lei Estadual n.º 1.295, de 8 de novembro de 1999, que dispõe sobre a compra de produtos destinados à utilização da merenda escolar. Rio Branco, 2011.
 - Lei n.º 2.302, de 11 de agosto de 2010. Institui a Política Estadual de Assistência Técnica e Extensão Agroflorestal Rural para a Produção Familiar. Rio Branco, 2010.
 - *Povos indígenas no Acre*. Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour, Rio Branco: FEM, 2010.
 - “Sementes tradicionais do povo Huni Kui”. In: BORGES, D. R. & ROCHA, F. R. M. (orgs.). *Caderno da Extensão Agroflorestal*. Rio Branco-Acre, 2010.
 - *Zoneamento ecológico-econômico do estado do Acre, Fase II (Escala 1:250.000): Documento Síntese*. 2. ed. Rio Branco: Sema, 2010.
 - “A arte de caminhar pelos varadouros da extensão agroflorestal”. In:

FERNANDES, M. I. (org.). 2.º *Caderno da Extensão Agroflorestal: Metodologias Participativas e Organizativas. Secretaria de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar*. Rio Branco: Seapro, 2008.

- Lei n.º 2.024, de 20 de outubro de 2008. Cria o Programa Estadual de Incentivo à Produção Florestal e Agroflorestal Familiar. Rio Branco, 2008.
 - Programa Estruturante da Extensão Indígena. Secretaria de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar. BORGES, D. R. & ROCHA, F. R. M. (org.). Rio Branco: Seapro, 2008.
 - *Extensão agroflorestal: um serviço educativo para o desenvolvimento sustentável*. Rio Branco: Secretaria de Assistência Técnica e Extensão Agroflorestal (Seater), 2005.
 - Lei n.º 1.295, de 8 de novembro de 1999. Dispõe sobre a compra de produtos destinados à utilização da merenda escolar e dá outras providências. Rio Branco, 1999.
- BRASIL. Lei n.º 12.188, de 11 de janeiro de 2010. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (Pnater) e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (Pronater), altera a Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12188.htm>, acesso em 18-3- 2014.
- Lei n.º 7.747, de 5 de junho de 2012. Institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), e dá outras providências. Brasília, DF, Senado. 2012. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7747.htm>, acesso em 13-4-2014.
 - Lei n.º 6.001, de 19 de dezembro de 1973. Dispõe sobre o Estatuto do Índio. Brasília, DF, Senado. 1973. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6001.htm>, acesso em 12-4-2014.
 - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Acre, censo demográfico 2010: características gerais dos indígenas: resultados do universo*. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=ac&tema=censodemog2010_indig_univer>, acesso em 20-3-2014.
 - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE lança mapa de Densidade Demográfica de 2010. Sala de Imprensa, 2013. Disponível

em <<http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&busca=1&idnoticia=2501>>, acesso em 13-3-2014.

CARNEIRO. E. *A borracha no Acre*. Disponível em: <<http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=807>>, acesso em 5-3-2014.

Do G1. Ac. Acre apresenta avanço de 61% no IDH, aponta pesquisa, 2013. Disponível em <<http://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2013/09/acre-apresenta-avanco-de-61-no-idh-aponta-pesquisa.html>>, acesso em 10-4-2014.

KUKUBO, C. Acre é destaque na luta contra desmatamento da Amazônia, 2014. Disponível em <<http://www.oeco.org.br/reportagens/27912-acre-e-destaque-na-luta-contr-desmatamento-da-amazonia>>, acesso em 10-4-2014.

SAVIO. C. Ocupação populacional do Acre. Rio Branco, 2009. Disponível em <<http://www.ebah.com.br/content/ABAAAAA2BoAH/ocupacao-populacional-acre>>, acesso em 29-4-2014.